

AÇÃO EXTENSIONISTA EMERGENCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA, EM TEMPOS DA COVID-19

Iolanda Carvalho Fontenele¹

Cristianne Kelly da Silva²

Érica Lidiane de Sousa Santos³

Marisa Dias Pinheiro Moura⁴

Mônica Presley Ferraz⁵

RESUMO

Este artigo objetiva discutir novos desafios postos no acesso ao direito à Assistência Social no contexto pandêmico da COVID-19 e relatar uma experiência acerca da Ação Extensionista Emergencial, denominada Telefonema Acolhedor, vinculado ao Projeto de Extensão PTIA na Comunidade, conectado ao PTIA - Programa de Extensão Universitária para Pessoas Idosas/UFPI. A Ação voltou-se para pessoas idosas no âmbito da política de Assistência Social, com finalidade à escuta, ao acolhimento, acesso a serviços e à defesa de direitos. A principal estratégia utilizada são ligações (telefônicas ou chamadas de vídeo pelo WhatsApp). Referente aos resultados, destaca-se a amenização das consequências da pandemia, o favorecimento da inclusão digital e a mediação de acesso a diversos benefícios, serviços e políticas sociais em geral, além da contribuição para as discentes/graduadas em Serviço Social participantes a prática

¹ Professora do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 2007. Coordenadora do Projeto de Extensão PTIA na Comunidade e das Ações Extensionistas Emergenciais. iolandaservicosocial@gmail.com;

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, em 2011. Especialista em Gestão Social: Políticas Públicas, Saúde e Assistência Social, pela Faculdade Ademar Rosado. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Teresina (PI), lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas desde 2017, atualmente lotada no CRAS Leste I. Cr.is.tiannekellyhotmail.com;

³ Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, em 2019. Comissionada da Prefeitura Municipal de Teresina/Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas desde 2020, Chefe da Divisão Técnica do CRAS Norte I. Ericalidi@hotmail.com;

⁴ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, em 1997. Especialista em Programas de Saúde da Família – PSF, pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Teresina (PI), lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas, no CRAS Norte III, desde 2009. Marisadiaspineiro@hotmail.com;

⁵ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, em 2016. Pós-graduanda do Curso de Especialização: Instrumentos e Técnicas Operativas do Serviço Social, pela UNIFUTURO: Faculdades Integradas do Brasil. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Teresina (PI), lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas, no CRAS Norte V, desde fevereiro de 2020. Monica.metal.mncgmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



da escuta, conhecimento sobre a rede de serviços e o aprofundamento teórico sobre questões concernentes às políticas públicas.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Assistência Social; Pessoas Idosas; Covid-19.

ABSTRACT

This article discusses the challenges of accessing Social Assistance during the COVID-19 pandemic and reports on the Cozy Phone Emergency Extensionist Action. The Action, which is part of the PTIA Extension Project, focused on elderly people who need Social Assistance services. The goal was to provide listening, welcoming, and access to services while defending their rights. The strategy used was phone or video calls via WhatsApp. The results of the project included mitigating the effects of the pandemic, promoting digital inclusion, mediating access to various benefits and services, and contributing to the theoretical deepening of social work students and graduates. Overall, the Cozy Phone Emergency Extensionist Action was an effective response to the challenges posed by the pandemic, and it highlights the importance of listening, support, and access to social policies in times of crisis.

Keywords: University Extension; Social Assistance; Old people; Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A recente pandemia causada pela COVID-19 (doença do coronavírus) trouxe uma série de implicações não somente no âmbito da saúde pública, quando ocorreram grandes impactos econômicos, políticos e sociais. Essa crise atinge a população em geral e de modo especial às pessoas idosas, considerando o fato de figurarem como grupo de risco, tendo em vista as complicações da COVID-19. Além da doença em si, o problema do isolamento físico, enquanto medida de contenção da pandemia, que pode provocar ou intensificar a solidão, a ansiedade, a depressão, o isolamento e a tristeza, além de outras consequências decorrentes da situação de vulnerabilidade social, vivida por muitas famílias e indivíduos e agravadas neste período.

Nesse contexto muitos desafios foram postos, a pobreza e as desigualdades ganharam expressividade, se acirraram mais ainda e nesse sentido foi fundamental a contribuição das Universidades, através da pesquisa, da extensão. Nesse sentido

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

o Projeto de Extensão PTIA na Comunidade, pretendeu contribuir neste contexto pandêmico por meio das Ações Extensionistas Emergenciais voltadas para pessoas idosas no âmbito da política de Assistência Social em Teresina-PI, tendo em vista o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Estão fundamentadas na Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 2011), na Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004 (BRASIL, 2005), no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), bem como nas contribuições de Fontenele (2020) e Freire (1996).

O Projeto de Extensão PTIA na Comunidade teve vigência no período de 2020 a 2022 e fez parte do Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas – PTIA/UFPI, ambos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREXC/UFPI e vinculados ao Departamento de Serviço Social/UFPI. Considerando a COVID-19 e a medida de isolamento físico, suas atividades tiveram que ser repensadas e, em função dessa exigência, surgiram duas Ações Extensionistas Emergenciais (Telefonema Acolhedor e Convivências).

O presente artigo centra-se na Ação Telefonema Acolhedor, realizada em parceria com os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)/(SEMCASPI - Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas/Prefeitura Municipal de Teresina). A Ação teve como finalidade, por um lado, promover o acolhimento, a sociabilidade/convivência e a mediação de acesso a serviços junto às pessoas idosas atendidas pelos CRAS e, por outro, colaborar no processo de formação profissional de discentes/graduadas da UFPI e outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir os novos desafios postos no acesso ao direito à Assistência Social no contexto pandêmico da COVID-19 e apresentar um relato das experiências da Ação Extensionista, com destaque para o acolhimento das pessoas idosas, bem como a mediação de acesso a serviços, envolvendo pessoas idosas, docentes, discentes e técnicos dos CRAS Norte III e V e Leste I em Teresina-PI.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Com a crise do Estado Social, nos anos 1970, nos países ricos de capitalismo central, associada a processos de reestruturação capitalista e com a emergência das propostas neoliberais a partir dos anos 1980, desde então convive-se com o avanço das políticas de cunho privatizante, com corte de recursos, desmonte de serviços e direitos, contrarreformas que apontam para uma relativa desresponsabilização do Estado pela proteção social na sociedade, devendo a mesma ser transferida para o mercado, para a sociedade, as famílias e os indivíduos (DRAIBE, 1993).

Essas tendências ganham força no período 2007-2008, de grande crise, “caracterizado como um momento de reconfiguração do capitalismo e de aprofundamento do neoliberalismo” (GOUVÊA, 2020, p. 24), a partir da configuração de uma ofensiva gigantesca de retirada de direitos.

No Brasil, essas contrarreformas avançam de forma significativa, de modo especial nos direitos da seguridade social, definida pela Constituição de 1988, que aponta para um sistema público de proteção social, e desde então, com a promulgação da Carta Magna, a partir dos anos 1990. Tendo em vista sucessivas tentativas, essas conquistas sofrem retrocessos nesses 30 anos. Destacam-se as Emendas Constitucionais que tratam do corte de recursos, como a de nº 95/2016, as legislações que alteram os direitos previdenciários (BRASIL, 2020a) e trabalhistas (GOUVÊA, 2020), os problemas nas políticas de saúde e assistência que sofrem cortes nos gastos, portanto, precarização dos serviços e tendências privatizantes, seja pela via do mercado, das organizações não-governamentais, da responsabilização das famílias e dos indivíduos, considerando a realidade do SUS, problemas de gestão, insuficiência da infraestrutura pública, impasses para a mudança dos modelos de atenção (PAIM, 2018).

A Assistência Social definida em 1988 no Brasil como política pública, de responsabilidade estatal, nessas três últimas décadas encontrou dificuldades para

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

se estruturar como tal. A PNAS-2004 apresenta “avanços no âmbito jurídico normativo e na constituição de uma nova institucionalidade a partir da implementação do SUAS, com inovações nos campos da gestão, da execução e do controle social” (CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 34). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desde então avançava num processo de “aperfeiçoamento institucional e político, de expansão qualificada e integrada dos serviços socioassistenciais” (CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 40).

A partir de 2016, o “SUAS se encontra em estágio de desconstrução, correndo o risco de interrupção, o que pode ser evidenciado no engessamento de sua agenda, no congelamento de recursos e no avanço de programas pontuais” (CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 42), baixo investimento nos serviços socioassistenciais. Ou seja, um conjunto de contrarreformas onde a “proteção social como direito não assume centralidade” (CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 42).

De fato, é inegável que no pós-2016 verifica-se um aprofundamento do desmonte de direitos, mas não se pode esquecer que as políticas de seguridade social já vinham sendo alvo de contrarreformas desde os anos 1990 no Brasil. A Assistência Social, por exemplo, apresenta tendências privatizantes na oferta de serviços, programas e projetos, com predominância das organizações da sociedade em áreas dos serviços socioassistenciais. Além disso, as tendências na questão da família na PNAS, que apontam para concepções familistas, onde o foco da atenção é responsabilizar famílias e indivíduos pela proteção social (TEIXEIRA, 2009), sem deixar de falar da precarização dos serviços na área da assistência social, considerando inclusive o fato de que o volume de alocação de recursos para o superávit primário tem sido bem maior, “se comparado com os investimentos realizados no campo da seguridade social, especificamente nas áreas da Saúde e Assistência Social” (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p.457).

O que se quer destacar aqui é que esses movimentos de relativa desresponsabilização do Estado (VIANNA, 2002), de acirramento do desmonte das políticas de seguridade social, dos serviços públicos e o baixo investimento na

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

proteção e na segurança social, são postos à prova nessa crise da pandemia da Covid-19, no sentido de colocar a indiscutível importância do Estado na garantia de direitos e de proteção social, no crescimento econômico, na produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia.

Segundo Guarany, no contexto da pandemia da COVID-19, “a grande maioria dos governos de países centrais e periféricos, entre eles o Brasil [...], (uns mais que outros)”, foi obrigada a deixar de lado o discurso do mercado como instância essencial no provimento de bens e serviços e teve que recorrer ao Estado para assegurar o direito à vida e a proteção social. Ou seja, “a segurança caiu por terra e levou junto a crença de que o esforço individual seria suficiente para garantir um futuro melhor [...]” (GUARANY, 2020, p.29).

A ênfase aqui então é na questão dos direitos, da proteção social, de responsabilidade do Estado, especificamente no direito à Assistência Social, prevista na Constituição Federal de 1988, como tripé da Seguridade Social, que deve ser “prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”, como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva de uma proteção integral e universalização dos direitos sociais (BRASIL, 2020a, p. 108). É certo que o dever do Estado, como princípio básico, vem associado na legislação brasileira ao dever da sociedade e da família, definindo portanto o que Pereira (2010) identifica de “*welfare mix*”.

Se a Assistência Social historicamente foi e é extremamente desafiada, tendo em vista a extensão e a profundidade da problemática da pobreza, das desigualdades, da violação de direitos no Brasil, mais ainda no contexto de uma pandemia que provocou ampliação da pobreza e das taxas de miséria no país (NASSIF-PIRES; CARDOSO; OLIVEIRA, 2021).

No final de 2019 e início de 2020, o mundo foi surpreendido com uma pandemia do vírus SARS-CoV- 2, uma síndrome respiratória grave que instaurou uma crise sanitária por todo o globo. Em janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declara situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (OPAS,2020). Em três de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

brasileiro publicou a portaria nº 188, na qual declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) (BRASIL, 2020b).

A deflagração da covid-19 no mundo e no Brasil causou grandes impactos e seus efeitos atinge principalmente a população mais vulnerável, revelando a fragilidade do Sistema de Proteção social Brasileiro, que se mostrou tão importante e com diversos desafios a serem enfrentados.

Diante desse quadro o governo federal, através do decreto nº 10.282, de 20 (vinte) de março de 2020, que regulamentou a lei nº 13.979, de 6 (seis) de fevereiro de 2020, definiu os serviços públicos e as atividades essenciais para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19 no Brasil. A Assistência Social figurou entre os serviços públicos, as atividades essenciais no tocante ao atendimento à população em estado de vulnerabilidade (BRASIL, 2020c).

Por outro lado, tendo em vista a suspensão do calendário universitário/2020, da Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2020), por tempo indeterminado, em abril de 2020, em função da pandemia da covid-19 e a medida de isolamento físico, o Departamento de Serviço Social (DSS/UFPI) entende a necessidade premente de contribuir neste contexto para o enfrentamento da COVID-19 e dentre essas atividades destaca-se a importância da extensão universitária.

A extensão universitária entendida como indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, como troca, como diálogo entre a Universidade e no caso aqui as políticas públicas, de modo a fortalecer essas políticas, de responsabilidade do Estado, e contribuir na garantia de direitos aos usuários (FORPROEX, 2012).

Nesse sentido, analisando de um lado o quadro de pobreza e desigualdades e as perspectivas de maior expressividade e aumento exponencial dessas questões sociais no contexto pandêmico, como é o caso do aumento da pobreza extrema (NASSIF-PIRES; CARDOSO; OLIVEIRA, 2021). E de outro o que se tem como conquista na área das Políticas Sociais e da Assistência Social, tendo em vista os direitos das pessoas idosas (BRASIL, 2003), desse modo, a Extensão Universitária, em articulação com a Assistência Social do Município de Teresina buscou

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

alternativas de proteção social e da defesa dos direitos, dentre outras a Ação do Telefonema Acolhedor, medidas excepcionais, mas extremamente necessárias nesse contexto, para fins de garantia de acesso a serviços e benefícios, divulgação de informações.

Em relação ao público-alvo desta Ação, ressalta-se que os idosos participantes eram vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), referenciados aos CRAS Norte III e V, Leste I, todos residentes em Teresina. Ao todo foram 53 (cinquenta e três) usuários (além de suas famílias), sendo 21 (vinte e um) referenciados ao CRAS Norte III, 20 (vinte) ligados ao CRAS Norte V e os demais 12 (doze) pertencentes ao CRAS Leste I. São pessoas idosas com idades entre 60 e 90 anos em situação de vulnerabilidade social, sendo que, 33 (trinta e três) idosos têm idades entre 60 e 69 anos (63,0%), 13 (treze) na faixa etária de 70 a 79 anos (25,0%) e por fim, 4 pessoas idosas entre 80 e 90 anos (8,0%).

De acordo com a PNAS- 2004, os CRAS constituem porta de entrada da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo “[...] uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano [...]” (PNAS, 2005, p.35). São responsáveis pela execução de três Serviços: Serviço de Atendimento e Proteção Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e o Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiências (BRASIL, 2009).

No tocante à metodologia da Ação Extensionista em questão, tem-se que as atividades (contatos com as pessoas idosas para fins de acompanhamento das mesmas) foram realizadas uma vez por semana nos dias e horários em que as pessoas idosas apresentavam disponibilidade, no decorrer dos horários comerciais. Durante as ligações telefônicas ou chamadas de voz e de vídeo através do WhatsApp foi utilizado um instrumental onde eram identificados os idosos, de qual CRAS faziam parte, o responsável pelo acompanhamento, o relato do diálogo, as demandas identificadas, os encaminhamentos realizados.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os acompanhamentos feitos através das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) tinham como objetivos o acolhimento, a construção de vínculos entre discentes/graduadas/os e as pessoas idosas, a escuta e a identificação de suas demandas e necessidades e a partir daí o fornecimento de orientações, informações e encaminhamento para os serviços através dos CRAS. Todas essas informações eram registradas no instrumento de acompanhamento, que era repassado para as Docentes e os Técnicos dos CRAS que, por sua vez, faziam visitas domiciliares quando necessárias, orientavam e faziam os encaminhamentos para a rede de serviços.

Em reunião semanal, envolvendo toda a equipe, fazia-se o planejamento e avaliação do trabalho, observando as demandas e as necessidades das pessoas idosas, bem como as possibilidades de encaminhamento e atendimento das mesmas na rede socioassistencial. A equipe da Ação Extensionista foi composta de docentes do DSS/UFPI, 4 (quatro) Assistentes Sociais, 2 (duas) Psicólogas dos CRAS. Como voluntárias/os a Ação contou com discentes/graduados/as de Serviço Social, Psicologia, Direito, com acadêmicos/as da pós-graduação e 1(um) aluno do ensino médio. Os voluntários foram ao todo 40 (quarenta).

A Ação Extensionista esteve alicerçada nos seguintes eixos: o acolhimento, que perpassou todas as intervenções, sendo um princípio que norteava as mesmas, e que compreende desde abordagens alegres, calorosas, gentis e sinceras até o direito da pessoa idosa de ter suas demandas ouvidas, respeitadas e processadas (FONTENELE, 2020).

Depois, além do acolhimento, os cuidados com a saúde, a defesa da vida e o acesso a serviços. Os contatos eram pautados no respeito e na valorização das pessoas idosas, discentes/graduadas/os se colocavam disponíveis para acolher as demandas propostas, viabilizando o acesso a serviços e direitos, assim como davam orientações acerca da atenção e dos cuidados com a saúde neste tempo de pandemia (FONTENELE, 2020).

Outra perspectiva que pautou a Ação foram as trocas intergeracionais, uma vez que parte das/os voluntárias/os eram jovens. A intergeracionalidade constituiu

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



um diferencial no Telefonema Acolhedor, visto que pautada na ética, na estética, na alegria e na esperança, trouxe para jovens e para os/as idosos/as trocas de experiências e vivências, de dúvidas, de conhecimentos, de habilidades, de afetos, o que proporcionou interação com alegria e esperança. Conforme Freire (1996, p. 29): “Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria”.

Com relação aos resultados, considerando as possíveis contribuições do Telefonema Acolhedor, destaca-se a construção de vínculos de confiança entre as pessoas idosas/discentes/graduadas/profissionais. Os/as idosos/as demonstraram interesse nas ligações, estabeleceram diálogo, se abriram para apresentar suas demandas, falar de suas necessidades, para contar sobre fatos e trajetórias de suas vidas, chegando a afirmar que gostavam muito de receber as ligações e de conversar, pois se sentiam acolhidos.

As pessoas idosas sentiam-se ouvidas, atendidas e valorizadas, em meio a um período em que o ser humano enfrentou diversos tipos de sofrimento devido a pandemia da COVID-19, como a incerteza quanto ao futuro, o distanciamento físico, a suspensão de suas rotinas e a necessidade de reinventá-las.

Pode-se destacar ainda a contribuição no tocante à inclusão digital das pessoas idosas. Com o crescente avanço das TIC's, a população idosa carrega o estigma de obsoleta e de supostamente ser incapaz de aprender e de conquistar novos saberes e habilidades. No entanto, deve-se levar em consideração que o uso dos recursos tecnológicos não só é possível, mas trata-se de uma questão de cidadania - sua inclusão digital (GOLDMAN, 2007).

Alguns idosos/as não tiveram como participar da Ação Extensionista por motivos de viagens, mas principalmente pela falta de acesso à internet, a indisponibilidade de equipamentos como smartphones, ou mesmo em função das dificuldades de manejo das tecnologias. A exclusão digital desse público certamente constitui expressão das desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Somado a esses pontos, encontra-se a mediação de acesso a informações e serviços. As pessoas idosas participantes do Telefonema Acolhedor tiveram acesso a serviços como a prestação de benefícios assistenciais e das políticas públicas de um modo geral, como por exemplo os benefícios eventuais, encaminhamentos para atendimento na rede socioassistencial em relação à suspeita de violência doméstica, inscrições e orientações sobre o CADÚNICO, BPC, passe livre, inscrição na tarifa social de energia e de água, repasse de informações no que diz respeito ao acesso a medicamentos e marcação de consultas, teste da COVID-19, tratamento odontológico, nutricional e atendimento psicológico no Sistema Único de Saúde, bem como a Vacina COVID-19, informações sobre acesso hidroginástica, benefícios previdenciários, questão de IPTU e registro/escritura de imóveis, acesso à rede escolar/Conselho Tutelar.

Outrossim, a contribuição para as discentes/graduadas/os que desenvolveram a Ação Extensionista se deu mediante a prática da escuta, conhecimento sobre a rede de serviços e o aprofundamento teórico sobre questões concernentes às políticas públicas.

3 CONCLUSÃO

Para fins de conclusões, destaca-se a necessidade de defesa das Políticas Sociais, especificamente a Seguridade Social e a Assistência Social, numa perspectiva de políticas públicas, de responsabilidade estatal, no sentido de garantir proteção social, especialmente em tempos de pandemia.

A pandemia da COVID-19 trouxe diversos desafios para as Políticas Públicas, nesse contexto fez-se necessária a potencialização de novas estratégias de intervenção. Para tal empreitada foi de suma importância se valer do uso de recursos já conhecidos, tal como o contato telefônico, tornando as ações mais dinâmicas e diminuindo a distância entre usuários e serviços, mais especificamente no SUAS, enquanto política importante na proteção social de segmentos da população em situação de vulnerabilidades, riscos e violação de direitos.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Considerando esse tempo de crise provocada pela pandemia da Covid-19, a Assistência Social foi colocada como uma política fundamental na atenção dos segmentos da população em condição de pobreza, de desigualdades e vulnerabilidades, nesse sentido foi primordial a garantia de direitos, o acesso a serviços, benefícios, a divulgação de informações, o debate e tendo em vista as especificidades das pessoas idosas o investimento em ações de acolhimento, de convivência, de sociabilidades, fortalecimento de vínculos, através do uso excepcional de tecnologias da informação e da comunicação.

É importante destacar ainda a significativa contribuição da Universidade Federal do Piauí, no campo da extensão, em parceria com as Políticas Públicas, no caso a Assistência Social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020a. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br>>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Lei 8. 742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela lei 12. 435, de 6 de julho de 2011. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Estatuto do Idoso, Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Brasília: Senado Federal, 2003.

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília: Presidência da República, 2020c.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/decreto>>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília: MS, 2020b.

Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs>>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

CARNEIRO, A.M.F.; ARAÚJO, C.C.; ARAÚJO, M. do S. S. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. In: Revista Ser Social. Trinta Anos de Constituição Federal. Brasília: UNB, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, Departamento de Serviço Social. V. 21, nº 44, janeiro a junho de 2019, 2019, p. 29-47.

CASTILHO, D.R.; LEMOS, E. L. de S.; GOMES, V.L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios im(postos) ao Serviço Social. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Nº 130, setembro/dezembro 2017, 2017. P. 447-466. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.119>> . Acesso em: 02 de jun. de 2020

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo, reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista da USP**, Dossiê liberalismo/neoliberalismo, São Paulo, 1993.

FONTENELE, I.C. A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil no contexto das políticas sociais. In: TEIXEIRA, S.M (Org.) **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016.

FONTENELE, I. C. **Ações Extensionistas Emergenciais de enfrentamento da Covid-19, voltadas para pessoas idosas no âmbito da política de assistência social**: percursos analíticos operacionais. Teresina: UFPI, 2020. IN: BRAGA, I.A; FRANÇA, R.M.S de; COSTA, T.C.M. Diálogos e vivências com o SUAS em tempos de COVID-19. Teresina : EDUFPI : Cancioneiro, 2020. 302 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática Educativa. 25º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GOLDMAN, S. N. **Velhice e exclusão digital**: uma “nova questão social”? In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007. Anais. São Luís: UFMA, 2007. CD-ROM.

GOUVÊA, M.M. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, E. et al. (Org.). **Em tempos de pandemia, propostas para a defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/05/1_5028797681548394620.pdf. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

GUARANY, A.M.B. **O Rei está nu! Ou como um vírus expôs a falácia e a desproteção social no Brasil contemporâneo**. In: MOREIRA, E. et al. (Org.). Em tempos de pandemia, propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/05/1_5028797681548394620.pdf . Acesso em: 15 de jun. de 2020.

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luisa; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil**: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. (Nota de Política Econômica nº 010). MADE/USP/2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/tipos/notas-de-politica-economica>>. Acesso em 03.05.2021.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo Coronavírus). OPAS/OMS BRASIL, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php>>. Acesso em: 03.05.2021.

PAIM, J.S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Contextos, desempenho e os desafios do SUS. Rio de Janeiro: Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). V.23, nº6, junho de 2018, 2018. P.1723- 1728. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/revistas>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

PEREIRA, P.A.P. **Mudanças estruturais, política social e papel da família**: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A. et al. Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



TEIXEIRA, S. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. In: **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Públicas. V.13,nº2, julho-dezembro.2009. p. 255-264.

UFPI, Universidade Federal do Piauí. Resolução nº 015/2020. Estabelece a suspensão do Calendário Acadêmico 2020.1 e 2020.2 e dá outras providências. Teresina: UFPI, 2020. Disponível em:
<<https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35929-ufpi-suspende-por-prazo-indeterminado-atividades-academicas-e-administrativas-nao-essenciais>>. Acesso em: 07 de jul. de 2020.

VIANNA, M. L. W. **O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil**. In: BRAVO M. I.; PEREIRA, P. (Orgs.). Política social e democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

PROMOÇÃO



APOIO

